



Teoria do Processo Político: dimensões analíticas

Pedro Alves Gomes¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar breve revisão bibliográfica sobre teorias de movimentos sociais. Utilizou-se a Teoria do Processo Político (TPP) como orientação teórica principal, visando dessa forma apresentar suas principais categorias analíticas e conceitos complementares. Entender os movimentos sociais e organizações da sociedade civil enquanto formas de ação coletiva que possuem em sua organização e ação características específicas que caracterizam cada movimento. Um conjunto de fatores externos influencia diretamente tanto na forma de estruturação do movimento quanto na escolha do leque de formas da ação política, explicitando seus objetivos. Como metodologia base a revisão bibliográfica foi utilizada de forma a categorizar as principais dimensões analíticas da TPP, assim como suas alterações sofridas ao longo do tempo de acordo com novas demandas, para assim tornar a teoria mais completa e tentar superar as críticas apresentadas. Movimentos sociais são um objeto de estudo complexo e extremamente cíclico, por possuir mudanças contínuas, assim como objeto de estudo traz novos desafios aos que buscam compreensões mais lúcidas.

Palavras-Chave: movimentos sociais, TPP, ação coletiva, dimensões.

Recebido em 25/04/2018

Aceito para publicação em 13/12/2019

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v1i23.24401>

Introdução

“É um paradoxo que a Terra se mova ao redor do sol e que a água seja constituída de dois gases altamente inflamáveis. A verdade científica é sempre um paradoxo, se julgada pela experiência cotidiana, que apenas capta a aparência efêmera das coisas.”

Karl Marx

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestrando em Ciências Sociais pela mesma universidade. Endereço e-mail: pedroag96@hotmail.com.

A sociedade em toda sua complexidade e rama de relações se torna objeto desejável de estudo para àqueles que estejam dispostos a acreditar nas relações humanas enquanto possuidoras de sentido, e em suas dimensões enquanto ponto chave na compreensão de suas possibilidades analíticas de estudo.

Uma das formas essenciais de organização e ação da sociedade é por meio da ação coletiva, ou seja, grupos de pessoas reunidas em torno de um objetivo principal, representadas por algum sentido que as une, com o fim de alcançar resultados, promovendo mudanças, sejam elas estatais ou societais.

Mobilizações coletivas podem ser analisadas de diversas maneiras, neste caso pretende-se ressaltar aspectos referentes à organização e ação dos movimentos sociais nesse contexto de ação coletiva, mas não podem ser descartadas outras formas como, por exemplo, as organizações da sociedade civil de uma forma mais ampla. A engrenagem deste trabalho se dá, portanto, principalmente tomando por base dimensões analíticas que permitem compreender as formas de organização e ação dos movimentos sociais, trazendo diferentes teorias, adotando uma linha teórica principal, e apresentando conceitos que complementam a ideia principal.

Como metodologia principal utiliza-se uma revisão bibliográfica com os objetivos de identificar as categorias analíticas principais apresentadas no trabalho, e também de nortear o encaminhamento teórico utilizado ao discutir tais categorias. Não obstante, a busca do objetivo principal se dá no que consta a compreensão inicial do que pode ser considerado um movimento social, quais são suas principais ferramentas de ação e organização – conceitos que analisam estruturas externas e internas ao movimento – e sua confluência direta na relação com o Estado, afetando ou não capacidades e ações estatais, como exemplo principal, a análise de políticas públicas.

Parte-se do princípio da existência de três teorias principais na análise dos movimentos sociais (ALONSO, 2009), adota-se uma delas na compreensão de que a mesma é a mais adequada para fim de compreender os movimentos enquanto na existência do que pode ser chamado de política contenciosa (TILLY, 2010). A compreensão de estrutura dos movimentos se dá a partir de um conjunto de fatores externos ao mesmo, mas que influem diretamente em sua organização seja no sentido de mobilização, seja na desmobilização, essa categoria é compreendida como a estrutura de oportunidades políticas (TARROW, 2009).

Já no que tange a organização e ação dessas ações coletivas, apresentam-se categorias de análise tais como o repertório de ação do movimento (ALONSO, 2012). Entender quais são os elementos que permitem a manutenção de várias pessoas em prol de um único objetivo, ou seja, identificar qual a identidade peculiar àquele movimento é fundamental na compreensão geral do processo de formação dessas ações coletivas.

Toda teoria passa por críticas destrutivas e construtivas, o importante é entender que sempre há tempo de reformular de acordo com necessidades e novas demandas surgidas. Adota-se sempre alguma como principal para construção da argumentação, mas buscar outros conceitos que complementem e auxiliam é fundamental, seja por questão de coerência teórico-argumentativa, seja por honestidade intelectual daquele que o escreve.

Três teorias principais

Os movimentos sociais começam a ser analisados efetivamente da forma como os conhecemos hoje, mais ou menos a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70, onde há uma maior existência e atuação dos movimentos dos trabalhadores, proletariado das grandes fábricas industriais inglesas, assim como movimentos pacifistas e movimentos femininos.

Ainda que o termo comece a ser efetivado num contexto recente da história, formas de organização da sociedade podem ser observadas ainda no século XIX, quando os mesmos trabalhadores começam a se organizar na luta que Marx identificou como uma luta eminente e contínua entre classes, a luta entre a burguesia e o proletariado. Surge aí um elemento que será aprofundado mais a frente na percepção de que movimentos sociais será sempre uma disputa de dominados para com àqueles que detêm o poder. A luta de classes de Marx é antes de tudo um desafio para quem ousa se organizar em grupos, com propósitos e objetivos definidos, na busca por mudanças e justiça sociais, afinal esses são sempre objetivos comuns para uma sociedade na compreensão de suas ramificações.

O proletariado se une em prol da busca de reivindicações que atingem diretamente o interesse da burguesia, daquele que detêm poder, e reprimem da maneira que podem todas as formas de organização da sociedade. Vejamos que de forma análoga como realmente a história de repete duas vezes, só que a primeira é como tragédia e a segunda como farsa (MARX, 2011). Assim quando há o encorajamento para que os trabalhadores se unam na luta por mudanças

(MARX e ENGELS, 2015 [1848]), significa que mesmo que o termo etimologicamente não tenha sido cunhado, essas análises representam raízes que germinam no estudo dos movimentos sociais modernos.

Os estudiosos recentes estruturam três categorias para análise dos movimentos sociais, três grandes famílias que orientam os estudos e que sofrem adaptações frente às necessidades de momento e as demandas surgidas com mudanças em todo o contexto da sociedade. Inicialmente os estudos apontam para uma visão mais racionalista dos movimentos entendidos como organizações centradas muito mais no processo do que na ação em si, um processo extremamente racional que necessita a existência de recursos materiais (dinheiro e estrutura), como também recursos humanos, que seriam as pessoas dispostas a arcar naquela ação. Essa teoria é conhecida como a Teoria da Mobilização de Recursos, ou TMR, caracterizada justamente pelos recursos no processo da mobilização.

Esta teoria compreende o movimento muito mais como uma organização política, uma firma (ALONSO, 2009) e desconsidera outros elementos fundamentais na compreensão de um movimento que envolve pessoas, portanto, relações humanas dotadas de significados e valores, externos e internos. O movimento, então, necessita para além de análise racional uma compreensão também emocional. Nessa medida surge a necessidade de outras teorias que sejam mais abrangentes e completas no estudo desse fenômeno, que mesmo parecendo simples a primeira vista, demonstra-se muito complexo em sua efetivação enquanto campo de estudo primeiramente da sociologia política, e depois da consolidação na ciência política.

Com o fim de explicar outras dimensões não contempladas pela TMR, surge a teoria que busca resgatar outros aspectos históricos, fazendo uma sociologia histórica comparada que tem sua origem nos Estados Unidos, mas autores principais como Sidney Tarrow, Doug McAdam e Charles Tilly resgatam movimentos de outros países a fim de construir por meio desse resgate histórico comparado uma teoria que explique os movimentos sociais enquanto um processo mais complexo, e assim entendendo o movimento social enquanto uma forma peculiar de política².

Assim, a então fundada Teoria do Processo Político (TPP) considera dimensões de escolha por parte dos atores individualmente envolvidos coletivamente, ou seja, ressalta conceitos de dimensão mais cultural,

² Explicarei mais a fundo esse conceito no decorrer do trabalho.

identificando estruturas de oportunidades, formas de ação, estruturas de organização³, num contexto de eminente conflito político. Esse último é também fator fundamental que entende o movimento social como política, como forma peculiar de política contenciosa (TILLY, 2010).

Identificam-se assim algumas características fundamentais que diferenciam essas primeiras categorias de análise.

[...] essa é uma das diferenças em relação à TMR, só configura um movimento social diante de oportunidades políticas favoráveis. Enquanto a TMR enfatiza recursos materiais disponíveis para ativistas individuais, a TPP prioriza uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação. (ALONSO, 2009, p. 55-56)

Teorias surgem para explicar as demandas, mas nenhuma é completa ao ponto de unanimidade, nesse contexto, na busca de juntar elementos fundamentais e apresentar características mais culturais, surge uma nova teoria que tenta superar a TPP que a essa altura já tinha se consolidado nos Estados Unidos e em outros países da América.

A originária Teoria dos Novos Movimentos Sociais – TNMS – também se utiliza de contexto histórico, mas ressalta aspectos de identidades culturais para identificar transformações que mudariam a vida da sociedade. Assim, a TNMS pode ser entendida a partir da ideia de que:

Esses “novos movimentos sociais” não se organizariam em combate ao Estado, nem com a finalidade de conquistá-lo. Recorrendo a formas de ação direta, “no nível dos próprios problemas sociais”, seriam agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil. (ALONSO, 2009, p. 60-61)

As principais diferenças entre a TPP e a TNMS consistem justamente no que tange o encorajamento à ação coletiva, ambas acreditam na existência de um contexto de oportunidades. Enquanto a primeira entende essas oportunidades como um fator externo ao movimento, ou seja, uma visão mais

³ Todos os conceitos referentes à Teoria do Processo Política serão analisados profundamente mais a frente.

estruturalista, a segunda entende que esse contexto de oportunidades está diretamente relacionado com a percepção cognitiva dos próprios agentes envolvidos (ALONSO, 2009).

As três principais teorias dos movimentos sociais sofrem reestruturações, possuem semelhanças e diferenças, conversam às vezes em linguagens semelhantes por caminhos diferentes. Todas buscam entender o fenômeno então recente classificado como movimento social. Este trabalho, por motivos metodológicos e convicções analíticas tem por construção teórica a TPP enquanto norteadora das principais categorias analíticas de estudo dos movimentos sociais.

Movimento social como política

Como dito anteriormente, o estudo e produção de teorias sobre os movimentos sociais é um tanto quanto recente. Não obstante, as teorias acima apresentadas, e nesse caso, a TPP compreende um movimento enquanto uma forma de política, mas não foi sempre assim, o estudo de comportamentos coletivos e movimentos sociais tem origem, enquanto uma análise mais sociológica, até mesmo para a produção sociológica clássica. Talvez isso ajude a explicar porque ainda hoje não há uma teoria abrangente, clássica, única acerca desse tema.

Traçamos então um paralelo para compreender a trajetória do movimento da sociologia até a política. A política é entendida como uma forma de estudo da sociedade, de organizações civis, da vida social e política, e, portanto, compreende as formas de relação de poder que existem na sociedade. A Teoria do Processo Política interpreta os movimentos enquanto uma forma peculiar de política, justamente porque pressupõe que haja conflito entre essas relações de poder, ou seja, quem o detém e quem é submetido a ela.

Nesse caminho que começa a ser desenhada uma possível definição mais objetiva acerca do conceito de movimento social dentro da TPP, admitindo a existência desse campo de forças e relações derivadas da interação entre indivíduos, as relações que a sociedade forma. Portanto,

Um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo

injustamente prejudicada ou ameaçada por isso. Precisamente porque o confronto político constitui um terreno analítico contínuo com nada mais do que fronteiras fluidas, qualquer definição de movimento social provocará objeções imediatas de estudiosos de áreas adjacentes que se concentram nas suas semelhanças [...]. (McADAM, TARROW, TILLY, 2009)

Dessa forma, os movimentos sociais começam a ser diferenciados de protestos, reivindicações, e outras organizações da sociedade. O movimento social é um conjunto de diversos elementos que o compõe, delineando sua organização, sua ação, e os meios pelos quais se buscam alcançar seus objetivos, toda essa complexidade envolve sempre uma relação de poder crucial, mais além, uma relação constante de desafio do poder.

Campos de saberes distintos sempre estão relacionados de alguma maneira, mesmo enquadramento as dimensões analíticas da teoria enquanto política, a multidisciplinaridade permite identificar elementos importantes de outros campos de saberes, a sociologia traz contribuições à TPP, as relações, a ação de indivíduos, denotam isso. Uma teoria é construída com a capacidade necessária para identificar em campos de saberes tudo aquilo que lhe é importante na explicação objetivada.

Permito-me voltar a discussão em questão sobre a teoria e a política, creio que já se mostrou evidente o motivo pelo qual os movimentos são compreendidos enquanto política, deve-se agora explicar a forma peculiar de política pela qual essa teoria se baseia.

Contrapor o poder, desafiar quem exerce a ordem vigente, esse dualismo desafiante e desafiado pressupõe sempre alguma forma de confronto, seja ela um confronto físico material, seja um confronto simbólico na luta de ideais. Constitui-se, dessa forma, a forma peculiar de política do movimento, a denominada *política contenciosa* que pode ser compreendida como uma forma que

Trata os movimentos sociais como uma forma específica de política contenciosa – contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das

reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda. (McADAM, TARROW, TILLY, 2001, apud TILLY, 2010, p.136).

Uma organização coletiva que reivindica interesses próprios ao grupo, que atinge os interesses de outros, outros esse que detém o poder, os desfiados, envolvendo o governo, seja ele como o alvo do descontentamento, o motivo da reivindicação, ou seja, ele como um aliado influente. Possuir aliados influentes é essencial no contexto da existência das oportunidades políticas⁴ e influi diretamente na ação do movimento.

Entender um movimento social enquanto uma forma peculiar de política significa avançar mais uma etapa no processo de compreensão da Teoria do Processo Político, em toda sua complexidade, esse é, no entanto, o objetivo principal deste trabalho, refletir sobre a teoria, compreendê-la em sua completude e conseguir aplicá-la de forma correta é um desafio no qual este trabalho não é suficiente, instiga então, a necessidade de continuar estudando e debatendo o tema.

Oportunidades Políticas

Percebe-se até então que a TPP nos oferece uma grande dimensão analítica, e em sua maioria traçada por um mesmo caráter de construção. Diferente da TMR, mas com o estruturalismo ainda muito presente. Estruturalismo esse motivador de algumas críticas, já que suas categorias analisam muito mais estruturalmente o movimento do que seus elementos cognitivos, fatores externos que muitas vezes não admitem a presença dos fatores internos, de um caráter mais cognitivo.

Entender as oportunidades políticas requer entender a visão estruturalista dos elementos externos que influem na organização e ação do movimento, ou seja, admitir a existência de um conjunto de fatores apropriados num sentido negativo ou positivo. Negativo quando o mesmo serve como meio de desmotivar os atores que compõem o movimento quanto um cenário de influentes e aliados. Positivo, pois pode ser uma ferramenta para o encorajamento de outros à ação e fortalecer o movimento.

Para isso, Sidney Tarrow, um dos principais pensadores da TPP, e importante estudioso de movimentos e organizações coletivas, estabelece a

⁴ Discutirei essa importância mais a fundo no tópico de oportunidades e restrições.

chamada Estrutura de Oportunidades Políticas (EOPs)⁵, uma dimensão dinâmica que afeta diretamente os atores envolvidos, seja na forma de perda ou ganho.

Durante o desenvolvimento de sua construção teórica acerca do contexto de oportunidades e restrições políticas, com embasamento de análise e implicação direta nos confrontos políticos, compreende-se que a mudança no contexto de oportunidades desencadeia alterações na estrutura de ação e organização dos movimentos (TARROW, 2009), gerando assim mudanças nos tramites de tal contexto.

Assim, se faz necessária a divisão de subcategorias analíticas que nos permitem entender como se configuram as oportunidades e restrições políticas como um fator de intervenção e modificador dos movimentos sociais. Dessa forma, as oportunidades têm um papel decisivo na existência dos confrontos, pois, assume caráter de fatores externos que os influenciam diretamente, na medida em que favorecem a existência de dois fatores de intervenção: aliados (oportunidade) e expansão das oportunidades de outros. Para tanto, as subcategorias são divididas em cinco e serão analisadas individualmente.

A primeira se refere apenas ao entendimento da importância das oportunidades (TARROW, 2009) na estruturação de uma organização da sociedade civil, e no caso, os movimentos sociais. Oportunidades políticas são canais de aberturas pelos quais à ação do movimento se consolida. As restrições, nesse momento não assumem necessariamente um sentido negativo, pois a existência de oportunidades políticas permite a emergência dos movimentos, quando uma porta se fecha várias outras se abrem, deve-se saber aproveitar o que a situação lhe oferece, isso é a EOP.

Já a segunda subcategoria remete às dimensões das oportunidades, ou seja, explica os meios pelos quais as oportunidades se apresentam aos atores. Essas dimensões se estabelecem de diferentes maneiras por diferentes atores, seja por meio de ações estatais como a repressão ou abertura institucional, seja por meio de outros atores que permitem a ampliação do acesso aos movimentos. A existência de aliados também está presente nessa dimensão, estes permitem o acesso de maior grau dos movimentos em certas instituições, fortalecendo, assim, o mesmo.

Permito-me fazer um adentro para falar um pouco mais da dualidade existente no que tange a repressão. Usualmente o Estado se utiliza de seus

⁵ Utilizarei apenas a abreviação “EOP” no decorrer do trabalho.

aparatos de forma coercitiva para reprimir o que não lhe agrada, defender seu próprio interesse, muitas vezes esse aparato acaba sendo a força policial. Mas, o fato merecedor de atenção é o caráter de dualidade da repressão para os movimentos sociais, justamente porque mostra os dois lados da moeda.

O lado mais óbvio de que a repressão é um fator de desmotivação, no momento em que se utiliza algumas vezes da força física, a violência como forma de intimidar e repreender, assim o movimento perde força, atores se afastam, a organização como coletivo se enfraquece. Destaque para o outro lado da moeda, a face do algoz da repressão, pois, a partir do momento em que, por exemplo, o Estado produz a repressão, o movimento toma parte dessa ação como um fator de identidade coletiva, uma motivação extra, uma identidade que leva os atores a se envolverem mais ativamente na luta de suas reivindicações, na contraposição da ação do Estado. Essa dualidade é um exemplo prático de como a dimensão de oportunidade influencia diretamente na ação dos movimentos.

Volto a terceira categoria coincidentemente ainda tratando do Estado, porque esse é fundamental na TPP onde o confronto político é eminente, a disputa sempre ocorre entre o dominado e o dominante, esse último aparece no cenário mundial sempre como o Estado e toda sua máquina de funcionamento. Na última categoria apresentada ressaltaram-se aspectos relativos à ação do Estado, essa categoria analisa sua formação, constituição e funcionamento. Busca compreender conceitos relativos a tempos e espaços distintos, como a centralidade ou descentralidade, se o Estado é forte ou fraco, todos esses fatores propiciam a maior existência de confrontos políticos.

As duas últimas categorias voltam atenção mais ao movimento e suas consequências. Dessa forma, a quarta exemplifica uma relação entre ameaça e oportunidade, expondo, assim, outra ordem que surge como estimulante do confronto, as ameaças, nas quais se engajariam no confronto aqueles que têm muito a perder, pois são esses que se não agirem, enfrentam maior ameaça. As ameaças se constituem como influências também diretas sobre o problema central, pelo fato das oportunidades serem externas, ou seja, se moverem tão rapidamente entre os desafiantes, aliados e opositores, ela se torna, um contexto de instabilidades e mudanças, que geram alterações na estruturação de organização e ação dos movimentos sociais, estimula a ação de certa parte dos atores envolvidos, mas estes são os elementos propulsores para a expansão do movimento.

Assim, a última subcategoria prima pela análise sobre os meios de criação e difusão das oportunidades, participando não só os que têm muito a

perder (TARROW, 2009), mas criando maneiras para que todos participem. Assim a oportunidade de um pode se tornar oportunidades para outros, na medida em que são utilizadas ações com as quais outras pessoas se identificam, e podem se utilizar delas em outros contextos. Como tudo tem seu contraponto, essa difusão também dá margem a criação de oportunidades para as elites, em duas vias principais, a primeira serve como margem de acesso a repressão, e a segunda como forma de apropriação, por exemplo, por parte dos políticos, que se apropriam dessas oportunidades criadas para se colocarem ao lado do povo, utilizando-a oportunidade para seu próprio benefício.

Portanto, a EOP e suas cinco dimensões explicativas são de extrema importância na análise estruturalista dos confrontos políticos, e até por isso sofrem críticas quanto a restrição ao âmbito somente externo aos movimentos, não levando em consideração os fatores cognitivos, que funcionam como o elo entre a organização e a oportunidade. Como por exemplo, levar em conta que a repressão também pode servir como forma de mobilização e expansão do movimento, ao contrário da análise externa na qual a repressão é somente vista como desmobilizadora do movimento.

Levar em conta essa outra dimensão passa pela compreensão das oportunidades culturais, conceito externo a TPP, mas de grande utilidade para complementação da explicação tentando abranger mais as possibilidades, absorver outros elementos que fogem de certa forma ao estruturalismo.

Por oportunidades culturais entende-se o conjunto de caráter simbólico que estruturam o estoque de percepções das oportunidades políticas. Arranjos mais ou menos institucionalizados de bens e serviços culturais atuam indiretamente na produção de enquadramentos da política. Oportunidades culturais dizem respeito a toda produção e distribuição cultural que seja relevante para a captação de novas formas de compreensão das oportunidades políticas. (SOUZA, 2013, p. 61)

As oportunidades culturais são a complementação da EOP, são o elo cognitivo que falta para interligar os atores e as oportunidades políticas. As oportunidades e restrições políticas estão presentes, muitas vezes os atores, e, portanto, os movimentos não conseguem visualizá-las ou captá-las, essa dimensão cognitiva é justamente as oportunidades culturais, o elo ausente nas oportunidades políticas.

Repertório de *performance*

A dificuldade de conseguir incorporar dimensões culturais à Teoria do Processo Político não se limita ao já consolidado, vê-se a necessidade de explicações singulares na essência do coletivo, para assim explicar historicamente as formas de ação do movimento e o motivo da utilização de tais meios na busca de suas reivindicações.

Nessa necessidade de incorporação cultural, um dos principais nomes da TPP, Charles Tilly se utiliza de um conceito utilizado na música para construir a ligação entre a política e a cultura, dessa forma surge o *repertório* enquanto categoria chave na construção da TPP, tanto quanto uma teoria mais completa e explicativa, quanto uma noção de construção histórica comparativa, ressaltando a importância da interdisciplinaridade na construção de conhecimento.

Emprestado da música o conceito de repertório serve como designação de um conjunto de atividades políticas realizadas num período de tempo, ou seja, as formas pelas quais os movimentos atuam na sociedade. Essa concepção introduz a cultura na dimensão tillyana da teoria. Desde sua aplicação inicial, nasce como simples conceito, ganha importância e ganha reformulações com o passar do tempo, não só de acordo com as demandas, mas também de acordo com o interesse do autor em aprimorar seu conceito de acordo com a produção de conhecimento que lhe é exercida.

Uma definição possível nessa abrangência conceitual e reformulação contínua, seria um conceito que já não é o inicial, já passou por um processo, mas ainda mantém a centralidade de análise cabível para essa utilização, justamente no entendimento de que cada pessoa faz o uso que lhe parece conveniente naquele momento, existem vários caminhos que resultam num mesmo lugar. Dessa forma,

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas

um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente. (TILLY, 1995, apud ALONSO, 2012, p.26)

O repertório é, então, um conjunto das chamadas formas de ação, essas formas são entendidas como performances. Uma ação empregada por determinado movimento naquele momento é um performance, seja ela uma forma de protesto de rua, reivindicações da internet, entre outro leque de possibilidades. Vale-se ressaltar que o repertório se torna um padrão de ação coletiva, que é compartilhado e transmitido para outros grupos e em outros contextos. Esse padrão caracteriza o repertório ao longo do tempo como ação aprendida.

A TPP não nos permite classificar esse conjunto de ações a partir de uma identidade propriamente dita, pois esse conceito será utilizado em outro contexto. Mas nos permite dizer que a performance possui relação direta com algum elemento que seja particular e coletivo ao mesmo tempo. Particular no momento em que cada ator envolvido entenda e compartilhe aquela ação como necessária e coletivo na necessidade de todo o movimento apreender essa ação e identificá-la como pertinente ao contexto de confronto e aplicar, então, o repertório necessário.

Mesmo sofrendo algumas mudanças, o argumento do repertório mantém uma mesma linha lógica de raciocínios, acrescenta-se apenas o fato de que as performances são sempre confrontacionais, ou seja, envolvem sempre a existência do confronto. Isso evidencia que toda a formulação conceitual do repertório está presente no contexto das dimensões analíticas da TPP. Ainda importante ressaltar o fato de que as performances só são aprendidas na prática, ou seja, só se aprende a protestar, protestando, só se aprende a lutar, lutando (ALONSO, 2012).

Os repertórios são alterados de acordo com as performances utilizadas e aprendidas, esses, portanto, estão inseridos num ciclo contínuo e substancial de mudanças. Para tanto, um repertório só vai existir no momento em que esteja incorporado em alguma performance de confronto, pois essa é a chave principal da TPP e suas dimensões.

Nessa linha de tomada do repertório enquanto representante de certa modularidade surge outra utilização do conceito de repertório, referindo-se mais a organização do que a ação do movimento propriamente dita. A forma como um movimento se organiza, toda a sua estrutura afeta diretamente sua ação e as mudanças provocadas. Como uma forma de reformular e complementar o

repertório da ação de Charles Tilly alguns autores vêem a necessidade e começam a pensar o repertório também a partir de uma ótica institucionalizada, com suas formas de ação práticas e simbólicas.

Um dos problemas latentes de produção do conhecimento científico é a produção de um conhecimento que se restringe às academias e não se expande para a comunidade de uma forma mais ampla. Assim muitas vezes são produzidas teorias que não possuem aplicabilidade prática. Formula-se uma teoria para estudar exemplos práticos, ou vice-versa, analisa um exemplo para assim produzir alguma teoria. Nesse sentido a TPP apresenta-se bem coerente, pois seus principais formuladores se utilizam de bases práticas de análise.

Enquadramento Interpretativo

As principais teorias dos movimentos sociais são fundamentadas cada uma por um princípio, sejam elas mais ligadas a um estruturalismo, ou a uma análise macrossocial, que leva em conta a psicologia do comportamento social, comportamentos humanos (NUNES, 2013), e o interacionismo simbólico. Outras se direcionam mais à racionalidade, às estratégias, faltando às vezes as dimensões culturais, as apropriações simbólicas e o caráter identitário do movimento.

A análise do enquadramento interpretativo do movimento traz à tona mais uma vez esse dualismo entre estrutura e cultura, entre racionalidade e identidade. Essa categoria analítica perpassa as três principais teorias dos movimentos sociais, mas tem como difusores principais autores que trabalham na perspectiva do interacionismo simbólico, levando em conta o comportamento humano, e todos os elementos de caráter cultural, sejam elementos de identidade, sejam elementos simbólicos. O enquadramento interpretativo de um movimento é conhecido, principalmente na academia como *frame*⁶.

O processo de *frame* pode ser entendido sob diversas óticas, mas no geral é uma categoria que permite a maior análise de elementos culturais e simbólicos que envolvem um movimento social, e, portanto, são cruciais no entendimento da Teoria do Processo Político

O frame é um esquema interpretativo que orienta a percepção e a experiência dos indivíduos que, atuando seletivamente, identifica, pontua e codifica objetos,

⁶ Esse termo será explicado mais à frente.

situações, experiências, eventos e sequências de ações presentes e pretéritas. Torna-se importante na análise da ação coletiva, já que é compartilhado por um certo número de indivíduos, que passam a direcionar suas orientações cognitivas, em diferentes níveis da experiência, no sentido de um comportamento social padronizado e orientado a certos objetivos. (NUNES, 2013, p. 272)

O enquadramento interpretativo serve, portanto, não só para analisar demandas produzidas pelo próprio movimento, como também um conjunto de fatores externos que orientam a ação e organização do mesmo. Assim, “os quadros (*frames*) servem como “andaimes conceituais” para a construção de novas ideologias ou para modificar as atualmente existentes” (NUNES, 2013). O entendimento desse conceito é importante na medida em que permite às teorias dos movimentos unir diferentes campos, diferentes atores, diferentes repertórios e diferentes organizações, assim como identifica novos atores a serem recrutados ao movimento. O frame permite compreender a linha tênue que existe entre a identidade pessoal do ator e a identidade coletiva do movimento.

Essa conceituação ocorre principalmente na perspectiva do interacionismo simbólico, pois leva em consideração não só a ação dos atores, como os leva a agir, e o resultado dessa interação entre indivíduos. Dessa forma, movimento não depende somente de elementos internos de identificação e organização, mas também de como o frame ecoa fora do movimento, e como há a recepção do mesmo, seja para com a sociedade de uma forma geral, seja para outros movimentos ou atores.

O enquadramento gira em torno da análise de cada indivíduo, levando em consideração todo um contexto de produção cultural e simbólica compartilhada entre os indivíduos. Para tanto a TPP aparece como uma aliada no entendimento do frame, na medida em que permite a compreensão do contexto de oportunidades políticas, as considerações estratégicas que consolidam o frame.

A difusão do frame tem importâncias distintas, pois uma expansão maior pode significar uma perda de foco cultural no núcleo do movimento (NUNES, 2013), o que representaria uma consequência negativa, como, por exemplo, o enfraquecimento do movimento. A outra consequência seria uma ressonância maior do movimento, uma difusão de ampliação de seu frame e repertório pode representar um fortalecimento, com a cooptação de novos atores.

Há ainda o que pode ser considerado como subcategoria, uma divisão conceitual realizada a fim abranger conceitualmente o termo e proporcionar uma explicação mais lúcida e completa, assim estabelece os *master frames*, ou seja,

os quadros mestres de interpretação. Esses, orientados pelo próprio nome, fornecem em escopo muito mais amplo e assim “funcionam como uma espécie de algoritmo que constrange as orientações e atividades de outros movimentos” (NUNES, 2013).

Vários elementos, instrumentos e instituições podem alterar o frame de um movimento. Um dos elementos mais importante nesse sentido é entender o papel da indústria cultural enquanto difusora e criadora de novos quadros para os movimentos. A mídia, por exemplo, tem duplo papel na medida em que veicula só aquilo que lhe interessa, coloca os movimentos sociais enquanto uma organização de vandalismo que visa sempre a violência e a destruição, esse é um papel importante de desmobilização para os movimentos (TARROW, 2009). Se lhe interessasse a mídia poderia divulgar o movimento a partir de seus ideais, evidenciar seus repertórios, e fortalecer o movimento com a adesão de novos adeptos e difusão de seu escopo. Dessa forma, o master frame orienta a criação do enquadramento peculiar a cada organização.

Todo esse processo de construção cultural no qual se inserem os movimentos sociais são processos de construções simbólicas que orientam a ação coletiva são apreendidas na TPP por meio do conceito de frame ou enquadramento interpretativo (CARLOS, 2011). Essa categoria analítica também é mais uma forma pela qual a TPP se reestrutura e busca superar as críticas de seu exacerbado estruturalismo, assim como completar as lacunas vazias que outras teorias haviam deixado.

Nesse contexto de interação e produção cultural, surge a oportunidade que aproveito para lançar mão de outro conceito complementar aos movimentos sociais. Um conceito que compreende os movimentos sociais enquanto uma rede de interação cultural e simbólica entre diferentes indivíduos individualmente e coletivamente. Então, a Rede de Movimentos Sociais – RMS – se consolida a partir

[...] de uma definição de movimentos sociais como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada. (DIANI, 1992, apud BISON; DIANI, 2010, p.220)

Nesse caso, privilegia-se o entendimento da identidade coletiva pertence ao movimento, identidades essas que são compartilhadas entre atores e movimentos, criando assim uma rede de relações entre atores independentes, e também não pode esquecer-se de ativistas individuais (BISON; DIANI, 2010), na busca por objetivos comuns. Dessa forma, os movimentos sociais de constituem a partir dessa reprodução de redes que compreendem uma

diversidade de atores e também a presença das identidades coletivas.

A importância da Rede de Movimentos Sociais no contexto do entendimento de movimentos sociais e organizações coletivas se dá a partir do momento em que

O conceito de RMS favorece o estudo do movimento como um todo – em sua heterogênea gênese –, o qual pode ser constituído por ativistas, grupos, organizações e indivíduos. Tais componentes da rede possuem vários níveis de formalização, se conectam através de modelos de interação, intercambiam com os diferentes espaços e níveis de centralidade e produzem relações de cooperação ou antagonismo. Na rede do movimento as relações podem consistir em laços diretos ou indiretos, as relações podem ser simples ou múltiplas e a fronteira da rede representa sua própria estrutura que é contingente, fluida e dinâmica. (CARLOS, 2011)

A construção conceitual da RMS vai muito além do que foi aqui apresentado, mais o objetivo era apenas apresentar o conceito como complementar ao entendimento das teorias dos movimentos, e auxiliar na compreensão do caráter mais cultural- simbólico de análise dos movimentos.

Preferi-me empregar tal conceito relacionando com o *frame*, pois ambos possuem linhas teóricas diferenciadas quanto as primeiras aqui apresentadas acerca dos movimentos. Assim, o *frame* se estabelece enquanto uma categoria analítica da TPP, já a RMS traz outra conceituação acerca dos movimentos.

Considerações Finais

As teorias dos movimentos sociais assim como outras, mas essa principalmente por busca compreender um fenômeno relativamente novo no campo científico vêm sofrendo algumas mudanças com o passar do tempo. Mudanças estruturais desde a forma como entender as formas de mobilização, suas dimensões, processos de identidade a ação. A ciência social possui como objeto principal de estudo a sociedade, objetivo que passa por ciclos contínuos de alterações, dessa forma tais teorias também sofrem reestruturações, necessárias e importantes na construção de uma teoria mais abrangente e completa.

Buscar o maior número de conceitos em diferentes campos de conhecimento é fundamental, pois a interdisciplinaridade é a chave no processo de construção de teorias mais sólidas nessa complexidade de relações. Os

movimentos sociais requerem um desafio ainda maior para àqueles que se dispõem a tentar compreendê-los, uma relação que envolve um conjunto de pessoas desafiando algo ou alguém há de ser complicado, ainda mais como esse objeto desafio é geralmente o Estado, instituição política que deveria garantir os direitos dos indivíduos, regular a manutenção da sociedade e preservar os direitos humanos, os atores estatais são os detentores do poder nessa relação entre dominantes e dominados.

Aqui optou-se por escolher a TPP como linha teórica de análise dos movimentos, mas não se descarta a importância das outras teorias dos movimentos, assim como conceitos complementares que tornam a revisão bibliográfica mais plena. Sob essa perspectiva os movimentos sociais devem ser entendidos a partir da ótica de forma peculiar de fazer política, enquanto uma organização possuidora de estrutura própria de ação e organização, assim com um leque amplo de possibilidades de fazer a ação, num contexto de existência de condições externas, favoráveis ou não ao movimento.

A agenda de pesquisa dos movimentos sociais é muito atual e ampla, o objetivo deste trabalho é apenas fazer uma breve revisão bibliográfica mapeando as principais teorias dos movimentos, adentrando-se a explicar as dimensões analíticas da Teoria do Processo Político. Espera-se fomentar a partir desse trabalho inicial um estudo mais aprofundado dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Referências

- ALONSO, Angela. **Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito.** *Sociologia & Antropologia*, v.02, n.03, p. 21-41, 2012.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** *Lua Nova*, São Paulo, 76, p. 49-86, 2009.
- CARLOS, Euzeneia. **Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais.** *Sociologia e Política*, Curitiba/PR, v. 19, n. 39, p. 153-166, 2011.
- DIANI, Mario; BISON, Ivano. **Organizações, coalizões e movimentos.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, 3, p. 219-250, 2010.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** 1. ed. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Porto Alegre: Coleção L&PM POCKET, v. 227, 2015.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político.** *Lua Nova*, São Paulo, 76, p. 11-48, 2009.
- NUNES, J. H.. **Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadrando a intervenção.** *Sociedade e Estado*, v. 28, n. 2, mai/ago, p. 257-277, 2013.

NUNES, Jordão Horta. **Frame e identidade coletiva**: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun, pp. 143-172, 2013.

SOUZA, Rafael de. “**Saindo do Gueto**”: o movimento homossexual no Brasil na Abertura, 1978-1982. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo (USP), FFLCH, 2013.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**: Movimentos Sociais e confronto político. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, Nº 3, p. 133-160, 2010.

Political Process Theory: Analytical Dimensions

ABSTRACT

This paper aims to present a brief bibliographical review on theories of social movements. The Political Process Theory (TPP) was used as the main theoretical orientation, aiming to present its main analytical categories and complementary concepts. To understand the social movements and organizations of civil society as forms of collective action that have in their organization and action specific characteristics that characterize each movement. A set of external factors directly influences both the structuring of the movement and the choice of the range of forms of political action, explaining its objectives. As a basic methodology, the bibliographic review was used in order to categorize the main analytical dimensions of TPP, as well as its alterations suffered over time according to new demands, in order to make the theory more complete and try to overcome the criticisms presented. Social movements are a complex and extremely cyclical object of study, because they have continuous changes, just as the object of study brings new challenges to those who seek more lucid understanding.

Keywords: Social movements, TPP, collective action, dimensions.